

## **Capítulo 16 Considerações finais: a medida humana de uma trajetória**

A carta de Rosângela Gera, a carta aos estudantes de Letras Libras e o tributo a Roberto Aguiar convergem porque recusam uma mesma redução. Laura não era a criança cega destinada a fazer rabiscos; era uma menina a quem faltavam instrumentos, ensino e confiança. Os estudantes surdos não eram uma demanda excepcional; eram acadêmicos que tinham o direito de aprender em sua língua de comunicação social e de ocupar plenamente a Universidade. Dr. Roberto Aguiar não era um professor cego admirável porque tomava o metrô sozinho; era um intelectual cuja obra deveria ser medida pela ciência, pela formação e pela intervenção universitária que produziu.

Não sou apenas mais um professor cego que logrou passar em concurso público e está trabalhando em uma universidade.

Sou sim, mais um professor com deficiência que tem de brigar cotidianamente para ter o direito de trabalhar com igualdade de condições e oportunidade com meus pares sem deficiência.

Sou mais um trabalhador com deficiência cuja instituição de trabalho quer intitular-se inclusiva como se a presença de uma pessoa com deficiência no ambiente laboral constituísse atestado de “empresa inclusiva”. Na avaliação de quem pesquisa e ensina os fundamentos da inclusão, em 2026, a Universidade Federal de Pernambuco ainda não é, nem de longe, instituição, ou empresa, inclusiva.

Ao trazer estas reflexões, tenho como esperança pedagógica que o leitor compreenda que a real transformação de uma sociedade excludente em uma inclusiva só nascerá se houver consciência de que as pessoas com deficiência foram, são e continuarão a ser, ainda por longo tempo, objeto de menos-valia, dó, pena e, sobretudo, negativa de direitos humanos fundamentais, a não ser que comecemos a transformação dentro de nós, dentro de nossas casas..., dentro desta e demais universidades.

Nestas páginas fiz, como sempre tenho feito ao longo do tempo, um convite para que substituamos a pergunta “até onde uma pessoa com deficiência consegue chegar apesar de sua condição?”, por esta: o que a escola, a universidade, o trabalho, a cultura e o poder público devem transformar para que a capacidade tenha oportunidade de aparecer? A diferença entre essas perguntas é a diferença entre administrar a exclusão e produzir inclusão.

Quando, aos quatorze anos, uma empresa não quis contratar-me com carteira assinada para montar brinquedos, trabalhei na informalidade.

Quando empresas de tradução não queriam empregar-me, tornei-me *freelancer*.

Quando escolas de idiomas não queriam empregar-me, empreendi em minha própria escola. Quando a Universidade não me deu condições de pesquisar o tato e de ensiná-lo em disciplina própria, montei meu grupo de estudos, arcando com eventuais despesas até de cópias do material a ser estudado.

Quando meu projeto de um curso de especialização encontrou a gaveta no curso de Rádio, TV e Internet, ensinei em cursos *on-line* para todo o Brasil. Quando a Universidade se negou a oferecer-me as condições mínimas para montar o laboratório de inteligência artificial, montei-o com meus recursos financeiros e intelectuais.

Ensinei a alunos, mães, pais, professores e profissionais que a acessibilidade não pode chegar empobrecida, atrasada ou tutelada. Uma imagem tátil precisa ser concebida para o tato, não apenas ter linhas visuais em relevo. Uma áudio-descrição precisa traduzir sem decidir pelo usuário o que ele pensará. Uma conta em Braille precisa devolver informação e autonomia ao consumidor. Uma adaptação laboral precisa considerar a competência do profissional, não o aprisionar numa função supostamente própria de sua deficiência.

Também ensinei que o conhecimento universitário deve responder por suas consequências. Não basta produzir uma teoria correta se ela não alcança a criança cuja matrícula é recusada, o estudante impedido de permanecer, o trabalhador subestimado, o visitante excluído de uma obra ou a família que busca orientação.

A sociedade não é abstrata: são pessoas a quem devemos respeito. Por isso, extensão, pesquisa e ensino nunca foram, para mim, compartimentos separados.

A essência que espero que o leitor reconheça em minha trajetória não é a de um herói nem a de alguém que venceu sozinho. É a de um professor que recebeu ajuda, aprendeu com muitas pessoas, pagou custos pessoais por suas escolhas, cometeu erros e, ainda assim, recusou acomodar-se à naturalização da injustiça.

Meus confrontos com colegas e com operadores do direito, da saúde e da educação; meus embates com pais e responsáveis de crianças cujos direitos eram negados; minha insistência em não aceitar uma universidade loba da exclusão sob a pele de ovelha da educação especial; e minhas discordâncias, por vezes inflexíveis, com colegas da academia não nasceram do gosto pelo conflito nem da negação do

conhecimento pedagógico ou científico de meus pares. Nasceram da consciência de que o tempo perdido por uma criança, por um estudante ou por um trabalhador não pode ser devolvido por parecer algum.

Pessoas que acredito terem sido boas e bem-intencionadas interpuseram-se entre direitos que a Universidade devia a mim, professor com deficiência, a estudantes com deficiência e a usuários de seus espaços. Colhi exemplos em número muito maior do que gostaria.

Parafraseando John Donne, Cada exclusão e cada barreira atitudinal sofrida por alguém (a discriminação e o preconceito machucam), sou eu; a cada barreira atitudinal perpetrada contra uma pessoa com deficiência, sou-lhes os efeitos: ofendida a dignidade humana de um indivíduo, ofendidos estamos todos. Em uma sociedade inclusiva, cada um é responsável pela inclusão do outro e a exclusão de um, é a ruptura inaceitável por todos.

Cada barreira atitudinal, cada recusa ou inexistência de acessibilidade, cada discriminação por motivo de deficiência e cada afronta à dignidade se acumulam no espírito como doses de radiação. Sabemos que o acúmulo de radiação mata. Também morre pouco a pouco quem recebe, ao longo da vida, sucessivas doses de exclusão, seja criança, jovem ou ancião.

Se este memorial puder ensinar algo aos que virão, desejo que ensine isto: direitos não são favores; deficiência não é currículo e nem sentença de incapacidade; diferença não autoriza a diminuição da expectativa; a conquista individual perde parte de seu valor quando não ajuda a abrir caminho para outras pessoas; garantir a acessibilidade não é favorecer a entrada daquele que tem menos competência ou qualidade.

Ao chegar a esta distância em minha estrada, vejo de perto uma barragem que dá sinais claros de ruptura. A discriminação, o racismo, o preconceito e o capacitismo acumulam uma lama social feita de omissões, ilegalidades naturalizadas e pequenas negativas de direito. Cada fissura ignorada parece insignificante enquanto a estrutura permanece de pé. Se ela se romper, porém, a lama não escolherá apenas uma pessoa: invadirá casas, desabrigará coletividades, destruirá histórias e alcançará inocentes que não dispõem de meios para revidar.

Minha trajetória profissional foi uma tentativa contínua de perceber e tapar alguns desses pequenos buracos, antes que se tornassem irreparáveis. Fiz isso quando me recusei a aceitar uma bolsa como benefício exclusivamente individual; quando defendi o ensino do Braille e a oferta do livro acessível; quando coordenei pesquisas

que modificaram a conta de energia e as práticas de empregabilidade; quando criei instrumentos para o desenho tátil; quando formei professores e áudio-descritores; quando classifiquei barreiras atitudinais; quando desvelei essas barreiras atitudinais nas escolas, nos museus, nos teatros, nas empresas. Fiz isso por meio de ensinamentos em sala de aula, de meus escritos, de palestras, de minhas ações junto ao Ministério Público, aos Tribunais e ao Parlamento. Fiz isso com as ferramentas ou armas de que dispunha. Por isso, quando fui incisivo, foi porque o tempo de uma criança não pode ser devolvido. Quando insisti, foi porque a acessibilidade adiada é experiência negada. Quando busquei formar massa crítica com o que pesquisei, criei e escrevi, foi porque conhecimento que não chega à realidade concreta corre o risco de servir apenas à própria instituição que o abriga.

As barreiras que enfrentei na Universidade e fora dela foram reais. Houve falta de recursos de tecnologia assistiva, negativa ou demora de apoios, inacessibilidade de sistemas e documentos, custos que assumi pessoalmente, oportunidades restringidas e direitos tratados como concessões. Isso causou desgaste e dor. Não relato tais acontecimentos para pedir compaixão, alimentar ressentimento ou organizar uma caça às bruxas. Relato-os porque apagar a realidade seria repetir a violência que o Dr. Roberto Aguiar teve de suportar, que eu próprio tive, e que tantos outros que não aparecem nessas páginas têm suportado.

Diante dos que têm poder para fazer e não fazem, ou que poderiam remover uma barreira e preferem administrá-la, procurei não me curvar. Não digo que essa postura seja leve. Erguer uma barricada contra o avanço da discriminação é trabalho hercúleo, frequentemente suportado por poucos; mas se curvar é oferecer à correnteza o caminho livre.

A expressão da realidade vivida por este professor com deficiência, embora se trate de uma experiência individual, resguarda, com matizes diversas, uma similitude com a realidade coletiva das pessoas com deficiência. E como não tenho dúvida que minha experiência não destoa das de outros professores, servidores e estudantes com deficiência, faço registrar, na forma deste memorial, um chamamento à Academia para a tomada de consciência no sentido de se evitar que se naturalize o mesmo tratamento contra qualquer outro professor, servidor ou estudante.

Meu legado pedagógico não é uma resposta acabada. É uma convocação para continuar a tarefa de tornar o mundo menos excludente.

Repito: o que me sustentou não foi o gosto pelo confronto. Foi o amor pela docência, o respeito por meus alunos e a crença em que podemos tornar o mundo menos excludente para nossos filhos, netos e para as crianças de hoje e de amanhã.

Ao alcançar esta fase de minha vida acadêmica, chego a uma forma de autorrealização que não se confunde com grandeza. Muito pelo contrário, sempre reconheci que sou pequeno. A vida é curta e há muito a fazer. O que realizei é pouco diante da dimensão do trabalho necessário; a barragem continua sob risco. Talvez eu tenha conseguido impedir que um pouco de lama atingisse esta ou aquela moradia. Talvez uma criança tenha recebido um material adaptado, um estudante tenha compreendido uma imagem, um trabalhador tenha encontrado uma porta laboral menos estreita ou uma pessoa tenha aprendido a reconhecer e enfrentar uma barreira. Isso não elimina o risco de rompimento da barragem, mas também não significa que foi nada.

Entrego este memorial não como monumento a mim mesmo, mas como testemunho de uma pesquisa vivida. Seu resultado mais profundo é a convicção de que ninguém deve aceitar como favor aquilo que pertence ao campo dos direitos, nem se beneficiar silenciosamente de uma exceção que mantenha seus pares excluídos.

O pouco que fiz só encontrou sentido quando pessoas se beneficiaram de minhas ações; este memorial só fará sentido se e quando for capaz de ajudar outras pessoas a permanecerem de pé, a erguer novas barricadas e a continuar o trabalho antes que a barragem se rompa.

Embora este memorial tenha trazido uma relação de minhas produções — exigência formal que não consegui cumprir integralmente, pois muita coisa ficou de fora —, não deve o leitor apegar-se à quantidade, que ademais foi pequena e necessariamente repetida. Foi pequena, porque muito que tenho para dizer de meu percurso não teria comprovação requerida pela formalidade da academia. Foi pequena, porque o tanto que fiz não passa de um nano grão de areia na massa com que se veda os buracos da barragem. Foi repetido porque, em mais de duas décadas dedicadas à docência em Educação Inclusiva, tive de fazer do mesmo para não ver o muro de retenção ceder perante a volúpia das investidas da lama da discriminação e das barreiras atitudinais.

Não digo ao leitor que tome para si a minha experiência, pois cada pessoa viverá a sua, mas aprenda com meus erros e acertos, identificando de onde vem a lama da exclusão, que forma assume e a quem poderá atingir.

Ao escrever este texto, procurei deixar minha memória como mais uma contribuição: uma lição sobre o que aprendi, enfrentei, produzi e transformei. Os documentos reunidos não falam em meu lugar nem formam um arquivo separado da trajetória que relato. Deles retirei episódios, evidências e formulações que sustentam ou explicam

minhas ideias, minha ética, minha filosofia de trabalho e o sentido que atribuo às minhas intervenções.

Estas páginas fecham um ciclo, mas não encerram a memória. Fechá-lo significa organizar o vivido de modo que ele possa continuar ensinando. Outras lembranças talvez se tenham perdido; outras ainda poderão ser encontradas por quem percorra os documentos, as obras e os caminhos aqui registrados. Não pretendo que minhas pegadas na areia resistam para sempre ao vento do esquecimento ou à onda que, cedo ou tarde, as apagará.

Se isso ocorrer, ainda que eu não tenha sido mais que um breve e quase insignificante sopro de vento, minha passagem pela Universidade terá encontrado sua medida.

Desejo que os que passarem pela universidade depois de mim encontrem os caminhos por mim abertos. Espero que os caminhos que registram minhas pegadas sejam um pouco mais fáceis de percorrer. Espero mais do que nunca que minha observação do caminho à frente esteja errada. Isto digo pois, a despeito de meu desejo, a realidade que se impõe é menos alvissareira: pela frente, vislumbro, até o horizonte, uma estrada ainda quase não desbravada; para trás, na direção de onde venho, já vejo partes da estrada sendo tomada pela vegetação e pelos buracos.

Figura



Fonte

Não quero com este memorial deixar uma mensagem de desesperança, uma mensagem de desestímulo, uma mensagem de que não vale a pena aprender, combater, ensinar. A intenção é outra: é de alerta. Ensinar vale a pena; lutar por uma sociedade mais inclusiva e menos excludente vale a pena; ver uma criança tida como incapaz provar que os incrédulos estavam errados vale muito a pena; ver um jovem ingressar no emprego, a despeito das barreiras que a outros não foram erguidas, vale a pena; ver pais e mães com deficiência provendo suas famílias com os cargos ou funções que têm nas empresas que lhes resistiram à entrada, que lhes resistiram à progressão, mas que não foram capazes de os quebrar, ah, tudo isso vale muito a pena, principalmente quando você pode olhar para dentro de si e dizer: fiz parte do combate às barreiras que jamais deveriam estar onde estão, mas, porque

estão, valeu a pena lutar contra elas. E é na universidade que mais vale a pena lutar essa luta.

Este professor, como sempre fez quando viu a oportunidade, aproveitou do momento de escrita deste memorial, para oferecer algum ensinamento. Por isso, estas páginas ressoam mais que um registro do passado, retratam o presente e se constituem num aleta para o futuro.

Este professor, ao produzir este memorial, como inúmeras vezes fez no passado, somou horas de trabalho numa atividade que lhe retirou da presença do convívio familiar. Que sirvam, pois, os meus erros aos novos professores, como uma mensagem que jamais gostaria de ter de escrever, porém que é necessário registrar nestas derradeiras palavras.

Preciso reafirmar isto: sou profundamente grato à minha família por ter permitido que eu cumprisse a minha missão, ainda que isso tenha exigido dela um preço muito alto — o de ver retirado do seu convívio o pai e o marido que lhe eram devidos.

Reconheço e assumo que a doação do meu trabalho ao mundo impôs à minha própria casa uma perda concreta. Sem o sacrifício, o apoio e a compreensão da minha família, eu não teria conseguido percorrer o caminho até aqui; pois nunca foi fácil — pelo contrário, sempre foi extremamente difícil e doloroso — preterir, com plena e lúcida consciência, o meu lar nos momentos em que as urgências alheias cobravam a minha ação. Ocorria com frequência: alunos, colegas, outros pais e mães de crianças com deficiência buscavam em mim palavras de incentivo e acolhimento, no exato instante em que meus filhos e minha esposa precisavam, com o mesmo direito e urgência, da minha presença.

A vocês — Rose, Luca e Matheus —, peço perdão por não ter sabido mediar esse limite e por ter cobrado de vocês um preço que era meu. Reconhecendo que falhei na presença, estando ausente quando precisavam de mim, no acolhimento, quando queriam meu carinho, e em minhas ações, quando vocês precisavam de meu apoio e suporte, que ao menos este trabalho fique como testemunho do respeito que sempre nutri por nossa história e, sobretudo, do meu mais profundo e incontestado amor por vocês.